

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A modernização e requalificação dos edifícios escolares são fundamentais na criação de condições adequadas de funcionamento das escolas, permitindo o fomento do sucesso escolar e gerando uma nova ambição na comunidade educativa.

As intervenções nos edifícios escolares possibilitam a adequação dos mesmos às modernas exigências do processo educativo, criando condições indispensáveis para o combate ao insucesso e ao abandono escolar.

Durante a governação de PSD e CDS, entre 2011 e 2015, verificou-se um preocupante revés no desenvolvimento do programa de Requalificação do Parque Escolar, com a interrupção de obras em curso e o bloqueio das intervenções ainda em projeto.

A interrupção que teve como consequência imediata a degradação de muitos estabelecimentos escolares.

A Escola Básica Eugénio de Andrade, sede do Agrupamento, foi fundada em 1979. Quando o termo “integração” era um conceito emergente, esta escola já acolhia uma comunidade surda e muitas crianças com necessidades educativas especiais, encaminhadas de outros estabelecimentos de ensino.

Esta escola, Referência da Educação Bilingue de Alunos Surdos, tem primado por ser também referência na educação inclusiva e aposta na formação humanista, de qualidade e da imagem do serviço público de educação.

No passado dia 4 de março, os deputados ora signatários realizaram uma visita para se inteirarem das condições desta escola, conforme deu conta o Jornal de Notícias, no 5 de março de 2019.

Conforme aludido pelo diretor do Agrupamento, Emídio Isaías, esta escola sempre se pautou

por abraçar projetos piloto e experiências pedagógicas, culminando com a assinatura de um contrato de autonomia em 2007, no qual constava que o Agrupamento manteria/melhoraria a qualidade de ensino/sucesso educativo e a tutela requalificaria o edificado da escola sede.

Contudo, de acordo com o diretor do agrupamento foram realizadas somente pequenas intervenções, permanecendo a escola com coberturas em fibrocimento, rede de águas pluviais e de abastecimento de água obsoletas, bocas de incêndio degradadas, pavimento degradado, com caixilharia inadequada e os quadros elétricos não estão adequados à potência necessária para permitir algum aquecimento que combata o frio que se faz sentir durante o inverno.

Ora, esta situação levanta problemas de segurança para os próprios alunos e toda a comunidade escolar, conforme referido pelo Diretor do Agrupamento que perante a situação existente entende que deve ser dada nota da mesma à Proteção Civil do Porto.

Com todos os constrangimentos explanados, nos últimos anos tem vindo a perder alunos para as escolas requalificadas, referindo os alunos e encarregados de educação que gostam muito da escola e dos seus profissionais, mas pesa mais o facto de não ter boas condições.

O Município do Porto não assinou a passagem de competências para a sua alçada, bem como não se candidatou aos Fundos da União Europeia do Portugal 2020 para utilizar na requalificação de escolas.

Face às condições existentes na referida escola, a qual levanta, conforme verificado pelos deputados ora signatários, problema de segurança para os próprios alunos e toda a comunidade escolar, tenho presente que a qualidade e funcionalidade do edificado contribui significativamente para o sucesso educativo.

Os Deputados signatários vêm, atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, através de V.exa., dirigir à Câmara Municipal do Porto, as seguintes perguntas:

1. Não obstante a requalificação da Escola, não ser da sua responsabilidade, poderá uma autarquia como a do Porto deixar de se preocupar com as condições de conforto e segurança das crianças da cidade?
2. Tem a Câmara Municipal do Porto conhecimento desta situação?
3. Está a proteção Civil do Porto alertada para os problemas de segurança da Escola?
4. Que medidas já tomou ou pensa vir tomar para a recuperação urgente desta e de outras escolas da cidade?
5. Porque razão não assinou a Câmara Municipal do Porto a passagem das competências para a sua alçada com o Governo?
6. Porque não candidatou a Câmara Municipal do Porto esta Escola a fundos europeus do Portugal 2020 para a sua recuperação?

Palácio de São Bento, 15 de março de 2019

Deputado(a)s

FERNANDO JESUS(PS)

Deputado(a)s

RENATO SAMPAIO(PS)

ISABEL SANTOS(PS)

BACELAR DE VASCONCELOS(PS)

RICARDO BEXIGA(PS)

JOANA LIMA(PS)

CARLA SOUSA(PS)

JOSÉ MAGALHÃES(PS)

HUGO CARVALHO(PS)